



**LUCIANA PAVOWSKI FRANCO SILVESTRE
(ORGANIZADORA)**

**AS CIÊNCIAS
SOCIAIS APLICADAS
E A COMPETÊNCIA NO
DESENVOLVIMENTO
HUMANO**



**LUCIANA PAVOWSKI FRANCO SILVESTRE
(ORGANIZADORA)**

**AS CIÊNCIAS
SOCIAIS APLICADAS
E A COMPETÊNCIA NO
DESENVOLVIMENTO
HUMANO**

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação: Natália Sandrini

Edição de Arte: Lorena Prestes

Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie di Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná

Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Msc. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Msc. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Msc. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Msc. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Msc. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof^a Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Msc. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Prof^a Msc. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Prof^a Dr^a Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Msc. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Msc. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Msc. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Prof^a Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof^a Msc. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

C569 As ciências sociais aplicadas e a competência no desenvolvimento humano 1 [recurso eletrônico] / Organizadora Luciana Pavowski Franco Silvestre. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-86002-38-6

DOI 10.22533/at.ed.386200903

1. Antropologia. 2. Pluralismo cultural. 3. Sociologia. I. Silvestre, Luciana Pavowski Franco.

CDD 301

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A Atena Editora apresenta o e-book as “*Ciências Sociais Aplicadas e a Competência do Desenvolvimento Humano*” através de 2 volumes em que estão dispostos 51 artigos.

No primeiro volume estão disponíveis 29 artigos divididos em duas seções. A primeira seção ***Estado e Políticas Públicas*** apresenta artigos com temas relacionados às funções e formas de atuação do Estado diante das previsões legais e demandas voltadas para o atendimento a situações de vulnerabilidade e risco sociais expressas através dos conflitos e desigualdades que permeiam a sociedade contemporânea, o que vem sendo materializado através das diversas políticas públicas implementadas.

São contemplados também no primeiro volume através da seção ***Desenvolvimento Local Sustentável*** a relação com a política agroambiental, agricultura familiar, questões de gênero e aspectos culturais.

O segundo volume do e-book contempla 22 artigos organizados através de três seções, sendo: ***Política Econômica e Gestão Financeira***, em que são apresentados estudos principalmente relacionados a questão contábil e gestão financeira em âmbito familiar, no entanto, não deixa de apontar a relação com a política econômica, o que é tratado de forma mais ampliada através do primeiro artigo da seção voltado para o estudo do pagamento da dívida externa brasileira entre o deficit e o superavit.

Os artigos que se relacionam com a ***Cultura Organizacional*** contemplam estudos voltados para a compreensão e análise das características do mercado brasileiro, desafios e potencialidades expressas através da presença da inovação tecnológica, desenvolvimento de competências gerenciais, processos de comunicação e capital intelectual.

O e-book é encerrado com a seção ***Ensino e Pesquisa***, em que são apresentados oito artigos que abordam metodologias de pesquisa e de ensino e o uso de métodos e referenciais teóricos que contribuem para os processos de formação e desenvolvimento da ciência no Brasil.

Boa leitura a todos!

Luciana Pavowski Franco Silvestre

SUMÁRIO

ESTADO E POLÍTICAS PÚBLICAS

CAPÍTULO 1 1

A ESTABILIDADE NO SERVIÇO PÚBLICO BRASILEIRO: PROTEÇÃO DA BUROCRACIA OU DOS BUROCRATAS?

Kamila Pagel de Oliveira
Gabriel Maggi Vieira
Luana de Castro Lopes
Mariana Marcatto do Carmo

DOI 10.22533/at.ed.3862009031

CAPÍTULO 2 26

A IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÕES NO CENTRO DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS DA SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE MINAS GERAIS

Izabelle Maria Santos Cária
Marconi Martins de Laia

DOI 10.22533/at.ed.3862009032

CAPÍTULO 3 39

A REDE DE ATENDIMENTO ÀS FAMÍLIAS E INDIVÍDUOS: COORDENAÇÃO E COOPERAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Sidiane dos Santos Alvaristo
Tiago Luiz Pereira

DOI 10.22533/at.ed.3862009033

CAPÍTULO 4 46

CUSTO NO SETOR PÚBLICO: UMA ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA DOS ARTIGOS PUBLICADOS NO CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTO 2011 A 2015

Luciene de Souza Borges
Ricardo Neves Borges

DOI 10.22533/at.ed.3862009034

CAPÍTULO 5 59

VULNERABILIDADES E DESAFIOS DAS PESSOAS QUE VIVEM EM SITUAÇÃO DE RUA EM RONDON DO PARÁ

Ingrid Gomes Bassi
Mateus Paixão Cardoso

DOI 10.22533/at.ed.3862009035

CAPÍTULO 6 63

O IMPACTO DO FEMINICÍDIO EM GRUPOS ÉTNICOS NO BRASIL

Joelmara Furtado dos Santos Pereira
Evandro Costa Pereira
Janaína Arruda Aragão
Samara Letícia Mendonça Pereira
Franco Celso da Silva Gomes
Luzinete Pontes Brandão
Loysianne Nascimento Araújo Lopes
Givaldo de Jesus Pinheiro Lopes
Rafaela Duailibe Soares

Francisca Bruna Arruda Aragão
DOI 10.22533/at.ed.3862009036

CAPÍTULO 7 72

REFLEXÕES SOBRE VIOLÊNCIA, MASCULINIDADE E RACISMO

Wilma Lucia Rodrigues Pessoa
Nivia Valença Barros

DOI 10.22533/at.ed.3862009037

CAPÍTULO 8 86

OS AVANÇOS NAS DISCUSSÕES SOBRE VELHICE E ENVELHECIMENTO E SUA INFLUÊNCIA NOS CONCEITOS ATUAIS

Thânia Mara Kaminski Jacon
Paola Andressa Scortegagna

DOI 10.22533/at.ed.3862009038

CAPÍTULO 9 100

PERSPECTIVA MIGRACIONAL NO PARADOXO ENTRE A MOBILIDADE TRANSNACIONAL E A REPRESSÃO PELA SECURITIZAÇÃO NA UNIÃO EUROPEIA

Marinês Ivanowski Kochi

DOI 10.22533/at.ed.3862009039

CAPÍTULO 10 113

PRÁTICAS COMUNS DE BARGANHA: A GUERRA FISCAL ENTRE UNIDADES DA FEDERAÇÃO

Edilene Mayumi Murashita Takenaka
Alan Edimilson da Silva

DOI 10.22533/at.ed.38620090310

CAPÍTULO 11 123

PROCESSO DE DESCENTRALIZAÇÃO NA GESTÃO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA NA SAÚDE PÚBLICA

Gabriela Perusatto Llano
Nelson José Thesing
Patrícia Luiza Schuh
Dieter Siedenberg
Sérgio Luís Allebrandt

DOI 10.22533/at.ed.38620090311

CAPÍTULO 12 138

REVISÃO SISTEMÁTICA SOBRE COMUNICAÇÃO PÚBLICA NA GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Lucas Braga da Silva
Lucivania Pereira Gloria

DOI 10.22533/at.ed.38620090312

CAPÍTULO 13 147

SEGURANÇA ALIMENTAR: O DESENVOLVIMENTO ORÇAMENTÁRIO DE UMA POLÍTICA FUNDAMENTAL PARA SOCIEDADE

Eliane Vieira Lacerda Almeida
Fabiana Aldaci Lanke
Milton Leonardo Jardim de Souza
Eduardo Garcia Ribeiro Lopes Domingues

DOI 10.22533/at.ed.38620090313

CAPÍTULO 14	160
DO DEVER DE CUIDAR DA PROLE E A POSSIBILIDADE DE INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL PROVENIENTE DO ABANDONO AFETIVO DO GENITOR	
Vanuza Pires da Costa Leila Rufino Barcelos Márcia Denise dos Santos Lamas Dalmaso Dhenize Maria Franco Dias Danilo Bezerra de Castro Bruno Vinícius Nascimento Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.38620090314	
CAPÍTULO 15	172
LICITAÇÕES PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS COMO INSTRUMENTO DO DESENVOLVIMENTO NACIONAL SUSTENTÁVEL COM O ADVENTO DA LEI 12.349 DE 15.12.2010	
Maíra Bogo Bruno Candida Dettenborn Rômulo de Moraes e Oliveira Raphael Lemes Elias Alessandro de Paula Canedo Aloisio Alencar Bolwerk	
DOI 10.22533/at.ed.38620090315	
CAPÍTULO 16	181
LA CONTAMINACIÓN DEL AIRE EN EL MUNICIPIO DE MEDELLÍN Y EL PRINCIPIO DE PREVENCIÓN COMO MEDIDA DE PROTECCIÓN ADMINISTRATIVA EN MATERIA DE SUSTENTABILIDAD	
Gustavo Andrés Cano Cadavid	
DOI 10.22533/at.ed.38620090316	
CAPÍTULO 17	194
SENTENÇAS SUBVERSIVAS: A PRESERVAÇÃO DO ESTADO DE DIREITO NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL BRASILEIRO	
Tarcísio Germano de Lemos Filho	
DOI 10.22533/at.ed.38620090317	
CAPÍTULO 18	215
LICENÇA SOCIAL PARA OPERAR NO SETOR DE MINERAÇÃO: UMA ANÁLISE DO CASO SAMARCO	
Juliana Campos Lopes Jacques Demajorovic	
DOI 10.22533/at.ed.38620090318	
CAPÍTULO 19	228
GOBERNANZA EN LOS ESTADOS CONSTITUCIONALES: ESTADO DE COSAS INCONSTITUCIONAL COMO HERRAMIENTA PARA EL ALCANCE DE LOS OBJETIVOS QUE PERSIGUE LA GOBERNANZA	
Fernando Arcila Castellanos	
DOI 10.22533/at.ed.38620090319	
CAPÍTULO 20	239
ANÁLISE DE AGRUPAMENTO OBTIDOS COM A RELAÇÃO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO	

Mácio Augusto de Albuquerque

Ramylla de Almeida Batista

DOI 10.22533/at.ed.38620090320

CAPÍTULO 21 260

O BOM DÉSPOTA E O BONAPARTISMO – O GOVERNO E A POLÍTICA COMO REPRESENTAÇÃO DO TEATRO DA ERA ELIZABETANA

Mateus Santos Borges

Maurício Rosendo Leandro dos Santos

Vanderlei Souza Carvalho

DOI 10.22533/at.ed.38620090321

CAPÍTULO 22 271

FINANCIAMENTO DE CAMPANHAS ELEITORAIS E DESEMPENHO ELEITORAL NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS 2008-2012: UM ESTUDO À LUZ DA TEORIA DA ESCOLHA PÚBLICA

Fábio Marcelus Silva de Almeida

Lindomar Pinto da Silva

Miguel Angel Rivera Castro

Denise Ribeiro de Almeida

DOI 10.22533/at.ed.38620090322

CAPÍTULO 23 293

A IMPARCIALIDADE DO JUIZ FRENTE ÀS REDES SOCIAIS E A ARGUIÇÃO DE SUSPEIÇÃO DO MAGISTRADO

Maíra Bogo Bruno

Vanuza Pires da Costa

Leila Rufino Barcelos

Mateus Bezerra de Castro

Candida Dettenborn

Rômulo de Moraes e Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.38620090323

DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL

CAPÍTULO 24 302

A POLÍTICA AGROAMBIENTAL E O PROJETO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL OSVALDO DE OLIVEIRA (RJ)

Paulo Brasil Dill Soares

Andreza Aparecida Franco Câmara

DOI 10.22533/at.ed.38620090324

CAPÍTULO 25 316

AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE TUCURUÍ - PA: UMA PERSPECTIVA PRELIMINAR CONSIDERANDO INFRAESTRUTURA, TECNOLOGIA E EMPREENDEDORISMO

Dorivaldo Rosa França

Terlys de Araújo Silva

Lilian Coelho de Freitas

DOI 10.22533/at.ed.38620090325

CAPÍTULO 26 322

O ARTESANATO COMO ELEMENTO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL: UM ESTUDO EM

MUNICÍPIOS DE MINAS GERAIS

Thiago de Sousa Santos

Raquel da Silva Pereira

DOI 10.22533/at.ed.38620090326

CAPÍTULO 27 328

UM ESTUDO SOBRE COOPERATIVISMO, ADMINISTRAÇÃO, GOVERNANÇA COOPERATIVA E DESENVOLVIMENTO: DESAFIOS E PRIORIDADES PARA A SUSTENTABILIDADE FUTURA

Pedro Luís Büttenbender

Ariosto Sparemberger

Matheus Nonnemacher Büttenbender

Bruno Nonnemacher Büttenbender

Giovana Fernandes Writzl

Alceu Van Der Sand

DOI 10.22533/at.ed.38620090327

CAPÍTULO 28 346

DESAFIOS DA PESQUISA DE GÊNERO NA PESCA E SUA IMPORTÂNCIA PARA A GESTÃO DE AMPs: UM ESTUDO DE CASO EM UMA COMUNIDADE DO SUL DO BRASIL

Giovanna Carla Barreto

Isabeli Cristina Gomes Mesquita

Tainah Maria de Souza Lunge

Melina Chiba Galvão

DOI 10.22533/at.ed.38620090328

CAPÍTULO 29 359

O MAPIKO DE MOÇAMBIQUE: DIÁLOGO ENTRE TRADIÇÃO E CONTEMPORANEIDADE

Mariana Conde Rhormens Lopes

DOI 10.22533/at.ed.38620090329

SOBRE A ORGANIZADORA..... 369

ÍNDICE REMISSIVO 370

REFLEXÕES SOBRE VIOLÊNCIA, MASCULINIDADE E RACISMO

Data de aceite: 20/02/2020

Data de submissão: 09/12/2019

Wilma Lucia Rodrigues Pessoa

Professora da Universidade Federal Fluminense
- Departamento de Sociologia e Metodologia das Ciências Sociais – Doutoranda em Política Social
– UFF. Lattes: 3542498774654165

Nivia Valença Barros

Professora da Universidade Federal Fluminense
- Departamento de Serviço Social. Doutora em Psicologia. Bolsista Produtividade CNPQ. Lattes: 6428815642168803

RESUMO: A análise da relação entre violência e masculinidade encontra um campo amplo de contribuições no que se refere a violência masculina dirigida às mulheres, especialmente no ambiente doméstico. Depois de ampla pesquisa, encontramos uma bibliografia acadêmica considerável sobre a violência dirigida contra homens, e, mais especificamente, contra negros. No entanto, essa bibliografia tem algumas características, no que se refere a violência racial encontramos bastante dados e análises sobre a violência policial dirigida a população negra como expressão do racismo institucional. Também é possível encontrar

bastante material bibliográfico sobre o racismo estrutural e seus desdobramentos sobre o índice de criminalização e violência que incide sobre os homens negros. No entanto, não encontramos entre trabalhos acadêmicos da área das ciências sociais um significativo campo de análise que desenvolva a relação interseccional entre a violência, racismo e a questão da masculinidade. A violência específica contra negros do sexo masculino na perspectiva das questões de gênero não configura uma temática muito desenvolvida entre as pesquisas no campo da violência racial no que se refere às questões de gênero, produzem-se muitos trabalhos sobre a violência de gênero referidas a violência doméstica e ao feminicídio mas não sobre os elementos que levam a maior letalidade e agressividade dos fenômenos da violência contra os homens negros, independente da sua identidade de gênero. Assim, propomo-nos justamente a dar uma contribuição inicial para o preenchimento dessa lacuna.

PALAVRAS-CHAVE: violência, masculinidade, racismo, gênero, interseccionalidade

ABSTRACT: The analysis about the relationship between violence and masculinity represents a broad area of research on male violence towards

women, especially within the household environment. After an extensive research we find a significant number of academic articles on violence against men, and more specifically against black men. However, the data available has some specific racial violence focus. A large amount of the data was about police violence against blacks as an expression of institutional racism. We were also able to find bibliographic material about structural racism and its impact on the level of criminalization and violence against black men. In contrast, we did not find many studies focused on intersectional relationship between violence, racism and the issue of masculinity. The violence against black males from the gender perspective seems not to constitute a well-developed theme among the research focused on gender-related racial violence. There is indeed a lot of data on gender-related violence focused on domestic violence and femicide, but not a lot of information related to the elements that could contribute to higher rates of mortality and aggressiveness regarding the violence against black men, in the absence of gender identity. Therefore, we propose to make an initial contribution to filling this data gap.

KEYWORDS: violence, masculinity, racism, gender, intersectionality

INTRODUÇÃO

O Brasil é um país marcado pela violência social, o Estado brasileiro tem ampla participação na mesma pelas características históricas da sua própria formação. Somos herdeiros dos valores morais conservadores do Império Português, do elitismo dos ricos e das camadas médias, da exploração escravagista, do racismo, do estupro e da chibata. A ideia romantizada de uma democracia racial, enquanto ideologia, buscou obliterar a crítica efetiva das práticas eugenistas e de branqueamento, todas discriminatórias e à serviço da exploração do povo negro em nossa sociedade. Todas foram combatidas pela força contestadora da resistência e das lutas travadas pelos negros contra o racismo, contra o genocídio negro, pelo resgate e preservação da sua memória, pelo respeito à sua história, à sua cultura e pela afirmação da sua identidade perante a “história oficial” hegemônica dos brancos¹. A dívida histórica deste país com os descendentes dos negros escravizados ainda é objeto de uma grande disputa que não se restringe às narrativas posto que o espaço de onde elas emergem a é o das práticas concretas onde se dão as relações de poder, dominação e opressão. É desse contexto que nasce nossa reflexão, permeada pelas tensões e contradições desse processo, inserida nele.

1. “(...) há uma imbricação entre a **divisão social do trabalho** e a **divisão racial do trabalho**. No caso do Brasil quem trabalhava nessa economia escravista era o negro. Daí porque o Brasil emerge como nação, suas classes dominantes têm que criar, também, o ideal de um **tipo nacional** e esse tipo escolhido é exatamente o oposto daquele que produzia a riqueza: é o modelo do antigo colonizador. (...) o ideal escolhido foi o **branco**. Criam-se, então, a partir daí, símbolos justificatórios dessa alienação e o negro passa a ser visto como inferior biológica, psicológica e culturalmente.” MOURA, Clóvis. *Brasil: as Raízes do Protesto Negro*. SP: Global Editora, 1983, p. 22.

Partimos da representação social da masculinidade no Brasil como fruto do nosso processo colonizatório, trata-se de um fenômeno que se funda num conjunto de papéis e atributos que são construídos e conferidos social e culturalmente aos homens e que lhes define o seu modo de ser, sua afetividade, sua corporeidade e a forma como é visto em seu mundo, especificamente o das sociedades ocidentais cristãs. Destacamos essa especificidade pois a representação social da masculinidade varia entre as sociedades e culturas como bem observa Ceccarelli.

“As tentativas de se estabelecer uma base sólida a partir da qual pudéssemos nos apoiar para definir, ainda que com segurança relativa, a masculinidade e seus avatares, se revelam ainda mais ilusória quando recorremos à antropologia. Como tive a oportunidade de discutir em outro lugar (1), masculinidade e feminilidade, longe de serem realidades objetivas e muito menos fenômenos naturais calcados em elementos anátomo-biológicos são, antes, noções dependentes das formas culturais dentro das quais tais noções emergem. Há sociedades onde possuir um pênis não constitui acesso à masculinidade: esta última, que não é natural e muito menos inata, deve ser adquirida através de rituais...”²

Os papéis masculinos se constituem em oposição ao da representação social da feminilidade nas sociedades ocidentais cristãs (embora não só nelas), há uma assimetria nas relações de poder entre os sexos na qual eles servem a legitimação de uma divisão do trabalho que permite aos homens explorar o trabalho da mulheres sem reconhecê-lo enquanto tal, desqualificando-o e invisibilizando-o ao mesmo tempo em que subalterniza as mulheres perante os homens em todas as esferas da vida social. A representação social da masculinidade está na base do machismo e da misoginia, os vetores fundamentais de todas as formas de violência de gênero contra as mulheres e da visão desqualificante da feminilidade (quando um homem quer depreciar o outro chama-o de “mulherzinha” e põe em dúvida sua masculinidade enquanto atributo “superior”). Enquanto herança do patriarcado, no qual se hierarquizam os papéis sociais com base na dominação masculina (ENGELS: 1974; SAFIOTTI: 2016), vemos que dentre os papéis que definem a masculinidade está o de “chefe de família”, o provedor, papel esse que, se de um lado pressiona os homens na tarefa de sustentar sua família, de outro lhes atribui o poder sobre os demais membros que compõem “sua” unidade familiar como se deles fosse proprietário. Importante frisar que o papel de provedor está diretamente relacionado com o status masculino em nossa sociedade, ou seja, quanto melhores as condições materiais que o homem proporciona a sua família, mais potente se torna seu status masculino, o que repercute na representação da sua virilidade e da sua autoridade perante si mesmo, a sociedade e a família. Na condição histórica e socialmente construída do patriarcado, é considerada prerrogativa do homem a autoridade para o uso da força no exercício do poder masculino perante a sociedade

2. CECCARELLI, P.R. A Masculinidade e seus Avatares. Revista Catharsis, São Paulo, ano IV, 19, maio/junho 1998, p. 10.

sobre os demais integrantes da família, daí a origem de diferentes modos de violência masculina (patrimonial, sexual, psicológica e física) que geram sofrimento e até mesmo a morte, predominantemente entre as mulheres. Como reprodutores do papel de “chefe de família” estão os demais homens da unidade familiar que, ao mesmo tempo em que estão subordinados a esse poder, têm de representar os papéis da masculinidade, observa-se que os homens mais idosos vão tendo esse poder cada vez mais restrito conforme avança o seu grau de dependência e fragilidade física e material, ainda assim, ele se mantém como referência masculina na história dos homens da casa.

A MASCULINIDADE CONSTRUÍDA

Nas sociedades ocidentais cristãs (que é a que nos interessa pois foi a que colonizou o Brasil) o poder masculino vai se remodelando ao longo do tempo, ganha ou perde força em diferentes contextos sociais e históricos, mas jamais deixou efetivamente de se reproduzir, expressando-se, em determinadas circunstâncias, na forma do que vem sendo chamado de *masculinidade tóxica*. Não existe um conceito definido de masculinidade tóxica, mas podemos, a partir da literatura sobre gênero e masculinidade, considerá-la como uma expressão da masculinidade centrada na força, na competitividade extrema e na brutalidade dos sentimentos, tanto na esfera da vida privada como na pública, no sexo, na convivência, no trabalho, etc. Ela está presente na sociedade em geral, mas tende a predominar naquelas mais conservadoras e onde a desigualdade social é mais aguda.

Na perspectiva da concepção hegemônica de masculinidade, em uma sociedade patriarcal, o papel social do homem é também o do “intelectual”, aquele que reúne a competência intelectual e a quem cabe a responsabilidade racional por definir as atribuições dos demais membros da família conforme papéis que também resultam de uma construção social - o de mãe, de filho, de avô, avó etc. Tal concepção hierarquizada e dominadora é reforçada pelas idéias cristãs enraizadas nas sociedades ocidentais que consideram ser o homem o “cabeça da família”³. Esse papel ocupa todas as esferas da vida social cabendo-lhe também exercer,

3. “Entendemos que a religião seria uma parceira da instituição familiar e social na ação de legitimar a supremacia da masculinidade, e ao mesmo tempo, daria legitimidade por meio do discurso religioso. Segundo Geertz, as construções religiosas são ‘penetrantes e duradouras’. Histórias míticas do tipo ‘Deus formou o homem do pó da terra e tirou de sua costela a mulher’. Ou, como essa leitura de São Paulo aos Efésios (5,23-25) que ouvimos no domingo, dia 31 de agosto de 2006: ‘mulheres sejam submissas aos seus maridos como o senhor. Pois o marido é a cabeça da mulher, do mesmo modo que Cristo é a cabeça da Igreja’, dão à representação masculina a primazia sobre todas as coisas, principalmente sobre a mulher, criada em segundo lugar.” ECCO, Clovis. A Função da Religião na Construção Social da Masculinidade. Revista da Abordagem Gestáltica: Phenomenological Studies, 2008, XIV. Disponível em <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=357735510013>. ISSN 1809.6867.

especialmente no mundo do trabalho, as atividades mais complexas e de maior poder decisório e de comando (funções que exigem maior qualificação e auferem melhores rendimentos) do que os exercidos pela mulher (atividades simples e de baixa complexidade, qualidade e remuneração)⁴.

Assim como o intelecto é valorizado no homem, em detrimento da mulher, seu corpo também o é, atributos simbólicos são apresentados como naturais (Bourdieu, 2006). Ao corpo masculino é atribuída a superioridade da força física. Tal força se desdobra em vários sentidos, o do provedor, o do protetor (que difere do de cuidador, atribuído à mulher), o do que comanda, o do reprodutor (enquanto expressão de virilidade e vigor sexual) e o do que tem o monopólio do prazer. Na representação ocidental cristã da feminilidade, cabe à mulher o papel da reprodução (submetida a virilidade do homem), o da amamentação, do trabalho doméstico, o do cuidado com os filhos, os enfermos e os idosos, e do cuidado com o corpo para o homem, a fim de servi-lo em suas necessidades sexuais, subjetivas e sociais. Nessa representação, a dependência, a fragilidade, a subalternidade e subserviência aparecem como constituintes da feminilidade e socialmente desejáveis para a aceitação da mulher e identificação da sua condição feminina.

Uma vez que caracterizamos de forma geral a representação social da masculinidade cabe desenvolver nossa análise para um campo mais específico o que implica em destacar que a masculinidade não se manifesta como um fenômeno homogêneo, na verdade, existem diferentes masculinidades que variam no tempo e no espaço inclusive dentro de uma mesma coletividade, nesse sentido é que falaremos de uma masculinidade negra que se diferencia da masculinidade branca no status e características de cada atributo que a constitui no âmbito das sociedades ocidentais cristãs. Durante sua expansão comercial, essas sociedades se apoiaram na exploração de colônias de onde eram drenadas riquezas que sustentavam suas elites, a escravidão emerge nesse processo. A desigualdade social não é uma inovação do processo colonizatório mas ele cria relações de subalternização de novos grupos humanos, submetidos a exploração extrema, à discriminação e à miséria. Nas Américas, veremos quando não o extermínio, a usurpação e discriminação dos nativos, os indígenas, e a escravidão negra, legitimada por uma ideologia construída para desumanizar os negros e atribuir-lhes a inferioridade de atributos perante o branco que o explora. Nessas condições, a masculinidade do homem negro é representada socialmente de uma forma totalmente distinta da do homem branco.

4. “Una vez que [las mujeres] tienen empleo padecen la segregación por lo que se refiere al sector, la ocupación y el tipo de relación de empleo, lo cual limita su acceso a un empleo de calidad.” Perspectivas Sociales y del Empleo em el Mundo – Tendencias 2018, OIT.

RACISMO E A MASCULINIDADE NO BRASIL

O racismo que emerge da escravidão negra tem conseqüências degradantes para a vida do povo seqüestrado da África, a Igreja os qualifica como destituídos de alma e há um esforço, inclusive no campo da ciência, para destituí-lo de humanidade. Nesse constructo simbólico, o homem negro é representado como possuindo uma inclinação natural para a violência, disso temos que a representação racista da sexualidade no que se concebe como sendo a masculinidade negra é reduzida ao falo, essa redução nega ao negro todos os atributos que se entrelaçam na sua constituição enquanto ser humano integral, nega sua inteligência, suas formas de expressão, seus sentimentos, a integralidade e especificidade do seu corpo, sua criatividade e sua alma. Esse homem hiperssexualizado e “reduzido ao falo” é, ainda, um símbolo de uma virilidade distinta da do homem branco, uma virilidade destituída da racionalidade necessária para lhe conter os próprios impulsos, como se fosse um animal selvagem que age por instinto, um perigo sexual para as mulheres brancas ou um “marginal” que ameaça a sociedade com sua propensão ao comportamento pervertido. Essa construção perversa do racismo alimenta a ideia do “branco gentil” em relação ao “negro violento”. Tais representações foram, inclusive, tomadas como valorativas pelos próprios negros ao se disseminar pela sociedade e ser fortalecida mais tarde, com o decorrer do tempo pelo imaginário social e as mídias de todo o tipo, a mística do “negão”, como o “pegador” capaz de satisfazer qualquer mulher, deriva também na imagem do possível estuprador.

Tal imagem é o correlata da hiperssexualização e objetificação da mulher negra como a “mulata exportação” aquela que tem a “cor do pecado” e é mais “fogosa” do que a branca, a mulher do lar, calma, sábia a “que se dá o respeito”. Contudo, se a mulher negra é objetificada como a que se rende ao prazer carnal sob o jugo de um homem, o homem negro é objetificado como o que subjuga pela violência, como aquele pode se tornar mais facilmente um estuprador. Nesse sentido, a prevenção contra essa suposta violência da sexualidade que compõe a representação da masculinidade negra implica num estigma que expõe o homem negro a uma carga de violência repressiva contra seu corpo por parte da sociedade, particularmente das suas instituições de segurança. Mais uma vez reiteramos que temos plena consciência das violências a que está exposto o corpo da mulher negra e não estamos aqui estabelecendo uma dicotomia para hierarquizações, a comparação visa demonstrar as peculiaridades do racismo e sua relação com a violência imposta ao homem negro.

A abolição da escravatura não faz superar o racismo, na verdade, ele se torna um importante instrumento de preservação das condições de dominação e opressão de brancos sobre negros reproduzindo status, poder social e econômico

na medida em que os negros tem uma inserção desigual e precária no mercado de trabalho (FERNANDES, 1978). Nesses termos, se, historicamente, a desigualdade decorrente das relações de exploração gera uma massa de negros que passam a compor a maioria da população pobre e periferia, dá-se, também por essa razão, uma potencialização da subalternização da masculinidade negra em relação a branca no desempenho dos papéis da masculinidade.

Se, em condições de plena prosperidade econômica a desigualdade material e racial se entrecruzam em desfavor da masculinidade negra, verifica-se que as conseqüências das crises econômicas na esfera do emprego e da renda (em que pese afetarem mais as mulheres negras) repercutem também, e de forma intensa, sobre os homens negros, em especial no seu papel masculino de provedor e de “chefe de família”. Nos momentos de crise, observa-se que o desemprego aumenta e a média salarial cai para o conjunto dos trabalhadores, mas cai de forma distinta entre os distintos segmentos sociais conforme sua posição sócio-econômica, os mais pobres são os que mais sofrem nas crises e entre os pobres os negros são a maioria. Consideramos que a masculinidade tóxica - que é a expressão exacerbada do exercício da força que se atribui como característica masculina⁵ - encontra nos períodos de crise econômica um ambiente propício a sua difusão devido às tensões que a compressão do nível de emprego e renda gera entre os homens. Nessas circunstâncias, os homens pobres negros acabam por “compensar” a fragilidade material no desempenho de seus papéis como provedor através do uso da força no outro papel, o de proprietário dos que socialmente se considera como seus subalternos no espaço doméstico, principalmente as mulheres⁶. Essa violência ultrapassa ainda a esfera da vida privada e alcança o espaço da vida pública, isso se dá porque a subjetividade social como um todo é afetada uma vez que, nas sociedades capitalistas, o valor do trabalho ultrapassa a questão financeira, é um emblema da inclusão e do sucesso social do indivíduo conferindo-lhe status perante o mundo. Esse status é fruto da convergência de vários aspectos, passa pelo ganho salarial mas também por estar empregado, pelo tipo de trabalho que realiza e o local em que se trabalha. As crises econômicas são justamente o momento em que a oferta de empregos não só cai junto com a renda como os tipos de trabalho ao alcance dos mais pobres se tornam mais precários e conferem menor status.

5. A ONU, já alertava, em 2014, para os resultados do estudo do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), cujos dados comprovaram que 95% dos homicídios cometidos em todo mundo eram cometidos por homens. Fonte: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-37730441>

6. “Estudo realizado em Portugal relaciona o aumento da violência doméstica com a crise. A instabilidade econômica, dívidas, ameaça de desemprego, perda de direitos etc. pressionam as relações familiares e potencializam situações que representavam risco para as mulheres.

“Segundo os pesquisadores, desde 2009 o registro de denúncias diminuiu, mas o número de mortes aumentou. A falta de investimento em programas de apoio, e o aumento do desemprego acentuaram a vulnerabilidade e insegurança das mulheres.”

Fonte: <https://fentect.wordpress.com/2012/12/19/crise-economica-aumenta-violencia-contra-mulher/>

Que possibilidades os homens mais pobres têm de auferir status numa economia em crise? E se esses homens são negros? Nos territórios periféricos onde o varejo das drogas recruta mais pessoas para suas atividades, as gangues e quadrilhas, pela exibição de armas, pelo uso da violência e pelo confronto com a “ordem” repressiva hegemônica pode atrair parcela significativa desses segmentos masculinos mais afetados pela crise⁷ como um espaço de exibição de força e poder. Esse fenômeno acaba por expor o muito mais homem negro a violência institucional perpetrada pelo Estado através do seu sistema penal e policial. Com o racismo estrutural, essas instituições já dirigem sua atuação preferencialmente aos pobres negros, se a criminalização das drogas por si só já intensifica a abordagem violenta do Estado junto à população negra, como veremos mais adiante, essa situação se agrava ainda mais num contexto de agudização da pobreza. Não só há uma ampliação da intervenção violenta do Estado como a letalidade dessa violência pode alcançar níveis de um verdadeiro genocídio.

VIOLÊNCIA INSTITUCIONAL, VIOLÊNCIA DOMESTICA E A INTERSECCIONALIDADE

Em vários contextos, quando os homens se sentem ameaçados em seus papéis, quando se fragilizam as condições materiais para sustentá-los, a sua reação é tentar manter seu domínio nas esferas em que isto é possível. Busca assim, forçar a radicalização da subalternização, nem que seja pela força, daqueles que, dentro da diferenciação hierárquica dos papéis sexuais e de gênero encontra-se mais vulnerabilizados. Desta forma, “atestam” a superioridade masculina numa ordem machista e patriarcal. A masculinidade tóxica está disseminada entre todo o segmento masculino, a busca da violência como fonte de afirmação, num ambiente competitivo e degradado do ponto de vista não só econômico como civilizatório, vê-se prosperar a exibição da força entre os homens em geral. Contudo, uma vez que o racismo é elemento estrutural da sociedade brasileira, serão os negros os mais atingidos pela fragilidade do exercício tão cobrado socialmente, de provedores,

7. “In trying to identify and understand empirical and causal connections between labour market status or experience and participation in violence, there are distinctions to bear in mind. The usual distinction between employment and unemployment may be too simple. Underemployment may be as significant as unemployment, as may be irregular employment. The type of employment opportunities available may be significant rather than simply whether or not such opportunities are available. Next, if there is a social significance to labour market participation beyond the straightforwardly pecuniary this involves norms of fairness, ideas of status, and the value derived from belonging to groups and forging social ties through a variety of interactions. Participation in groups using violence – gangs, militia, insurgent groups, formal security forces – will most likely also be partly or chiefly ‘about’ these same values, sources of identity, and opportunities for social ties. Therefore, it is not always clear that participation in a violent organization is driven by the social institutions and values of belonging to that organization or by the violence it uses, per se.” In: <http://web.worldbank.org/archive/website01306/web/pdf/wdr%20background%20paper%20-%20cramer.pdf> p. 6.

frustando-os e fazendo-os buscar outra fonte de status de masculinidade. Na esfera pública serão os homens negros, pelo açoitamento do racismo institucional, os mais visados pelas forças de segurança pública como ameaça à ordem.

No caso da masculinidade negra, a opressão racial gera, entre os homens negros, uma condição dual na qual são valorizados pelo gênero e desqualificados pela cor, gerando uma “masculinidade subalternizada”. A maior dificuldade do homem pobre negro em responder às pressões sociais acaba representando um nível mais elevado de opressão do que em relação ao homem pobre branco.

Com relação a violência doméstica, pesquisas apontam que a lei Maria da Penha fez cair a violência contra a mulher entre famílias brancas mais do que entre famílias negras. Entre outros contextos, o fato de as mulheres brancas terem maior nível de instrução e maior renda contribui para que exerçam melhor sua resistência contra a opressão machista, do que as mulheres negras, mais pobres, mais dependentes de seus parceiros e com menor grau de instrução. No entanto, conforme relatório de 2017 do Gelédes Instituto da Mulher Negra ainda que haja um aumento da notificação da violência por parte das mulheres e as mulheres negras representem 59,71%, não se pode atribuir essa diferença entre brancas e negras a questão da notificação, é preciso avançar nas políticas públicas de proteção à mulher negra, o que inclui, além do melhor atendimento às vítimas e efetiva punição dos agressores, o que demanda um trabalho maior de mudança no padrão do comportamento masculino junto às famílias negras. De qualquer modo, a pressão interseccional de raça e gênero num ambiente de uma sociedade machista, racista e no contexto do agravamento das tensões de classe são uma violência constante a pressionar o povo negro. O homem negro, assim, aparece nas estatísticas como agente mais proeminente da violência no espaço doméstico do que o homem branco. Esse quadro acaba por reforçar a falsa premissa de que os homens negros são naturalmente mais violentos.

Não se pode abstrair, no entanto, na discussão sobre a violência e sua relação com gênero e raça, a forma como se desenvolveu a definição do que é ou do que não é delito e como a seletividade racista e sexual atua para posicionar o homem negro como o alvo por excelência da intervenção criminalizante e punitiva tanto na esfera policial e quanto penal. Nesse sentido, a criminalização das drogas é uma questão que tem se destacado no debate sobre a criminalização da pobreza, bem como na da interseção entre a pobreza, gênero e raça nesse processo. As classes abastadas, são as verdadeiras donas do negócio ilegal das drogas, uma rede complexa cuja estrutura demanda um investimento financeiro colossal e a integração de forças públicas e privadas para sua realização, espaço majoritariamente e historicamente ocupado pela elite branca. Na logística do varejo das drogas no entanto, um exército de baixo custo é imprescindível e ele será

recrutado junto a população pobre, daí a geografia e a demografia do tráfico: abarca uma população pobre, que é majoritariamente negra, jovem e do sexo masculino e que se concentra nas áreas pobres próximas aos centros consumidores ou de distribuição ao exterior. A criminalização do comércio de entorpecentes está na base da associação do tráfico de drogas com o de armas, tornando a lucratividade ainda maior bem como o tamanho do investimento e a complexidade organizativa do negócio. Os homens em geral, pelas características da masculinidade em geral, compõem majoritariamente os quadros das forças repressivas civis e militares, eles também serão considerados os soldados mais adequados para atuar no varejo das drogas tanto quanto para atuar no aparato repressivo; os homens pobres, pelas condições impostas pela miséria, ficam mais expostos a cooptação do tráfico; os homens negros pobres, pela vulnerabilidade decorrente do estigma do racismo, da pobreza e da “masculinidade subalternizada”, ficam mais expostos a esse processo.

A legislação penal se constitui numa ordem classista e racista em que o acesso a justiça é precário entre os mais pobres, em que a gravidade dos delitos se aprofunda ou suaviza conforme o poder econômico e político de quem o pratica e a cor da sua pele. Sendo assim, a ação criminalizante e repressiva do Estado será tão mais intensa e violenta quanto aquele a quem ela se dirige e, no tráfico de drogas, ela se dirige a quem atua no varejo, preferencialmente ao homem pobre negro⁸. Não é por outra razão que não se tem registro de mortes de homens em autos de resistência ou por bala perdida de confronto entre policiais e traficantes nos condomínios de luxo do Brasil, onde a maioria absolutíssima é branca, mas apenas nas favelas e periferias pobres onde a população negra se concentra. Sabemos que as mulheres negras também vêm se tornando grandes vítimas desse processo e que essa situação vem se agravando mas não nos propusemos a tratar desse tema aqui, nosso objetivo é contribuir para a tematização da masculinidade e da raça na relação com a violência.

Com o avanço da criminalização da pobreza (WACQUANT, 2006) o encarceramento em massa se torna um fenômeno típico em sociedades muito desiguais, autoritárias e/ou racistas. No Brasil esse fenômeno se torna mais dramático posto que é agravado por seu baixo padrão civilizatório e extrema desigualdade. Isso estabelece condições para um sistema penitenciário cruel, marcado pela ausência de infraestrutura e espaço, com superlotação e tratamento desumano aos presos, sem falar no controle das penitenciárias pelas organizações criminosas sob a conivência (para dizer o mínimo) do Estado. Pensando num plano mais amplo, todo o sistema de segurança pública e a legislação penal acabam produzindo nichos extremamente lucrativos para o mercado como a indústria da segurança

8. Cf em: “Negros são os mais condenados por tráfico e com menos drogas apreendidas”. Extraído de: <https://exame.abril.com.br/brasil/negros-sao-mais-condenados-por-trafico-e-com-menos-drogas-em-sao-paulo/> . consultado em 26/05/2019.

(que inclui desde serviços de segurança, a venda de sistemas de vigilância, armas, veículos etc), passando pelos serviços terceirizados prestados às penitenciárias até os presídios privados (HERIVEL: 2013 e WACQUANT: 2003). A seletividade penal, pautada pelo elitismo e o racismo acabam por estabelecer o perfil preferencial dos encarcerados, homens negros jovens e pobres⁹.

Quando uma crise econômica aguda da economia capitalista se dá, forças do conservadorismo tendem a ganhar impulso no sentido de forçar um restabelecimento da ordem contra o risco de uma anomia social. Não se trata apenas de combater a crise mas de atribuir ao esgarçamento dos valores tradicionais a causa da mesma, daí uma nostalgia e o esforço pela volta de um passado em que esses valores eram mais arraigados, ainda que à custa de valores relacionados a emancipação e a liberdade. Tudo isso leva a um ataque regressivo contra os avanços civilizatórios na esfera da igualdade sexual e de gênero.

Por fim, cabe nos debruçarmos sobre a interseccionalidade entre a violência, racismo e masculinidade quando nos referimos ao negro cuja identidade de gênero envolve uma condição LGBT. Trata-se de um tema de muita complexidade dada a diversidade de identidades que ele abarca. Até aqui nos referimos ao negro hétero masculino cis, mas acreditamos que a carga de violência que a representação da masculinidade negra impõe a esse grupo se potencializa quando outras expressões de gênero são assumidas por alguém que tenha nascido negro e fisiologicamente do sexo masculino. Se a população LGBT branca sofre com os estereótipos desqualificantes que se produzem contra ela, uma vez que se trate de “homens” trans, gays ou outra identidade que não a de cis hétero, para o homem negro, de quem se cobra o papel de macho viril, essa desqualificação é ainda mais perversa. Consideramos que esse tipo de opressão deve ser mais profundamente estudado na sua especificidade e interseccionalidades para que possamos construir reflexões e ações de apoio aos grupos lgbt+ no contexto regressivo de uma sociedade heteronormativa, machista e racista como a que vivemos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entendemos que o capitalismo tem a capacidade de adaptar o mundo em função dos interesses do capital bem como de se adaptar a determinadas circunstâncias que possam ser favoráveis ao seu desenvolvimento. Essa adaptação do mundo às necessidades do capital se processa de modo violento, destruindo bases antigas

9. Em 2018, o Infopen – sistema de Informações Estatísticas do Sistema Penitenciário Brasileiro/Ministério da Justiça – revelava que, embora os negros e pardos representassem 53,63% da população brasileira eles somavam 61,7% da população carcerária do país, enquanto que os brancos representam 45,48% da população em geral e 37,22% da população carcerária. Dados extraídos de <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/noticias/sistema-carcerario-brasileiro-negros-e-pobres-na-prisao>. Consultado em 25/05/2019.

para impor as bases de sustentação do capital. Nesse sentido, se, de um lado, a escravidão, que não é uma violência criada pela burguesia, foi reinventada dentro do processo de desenvolvimento mercantil que estabeleceu as bases materiais para impulsionar o capitalismo em seus primórdios, o racismo, enquanto estigmatização e desumanização do outro por seus traços fenotípicos, é uma violência material e simbólica criada pelo capitalismo que serviu de estofamento ideológico a manutenção do poder branco ocidental cristão sobre aqueles a quem ele escravizou, os negros, primordialmente.

No contexto de uma sociedade forjada no patriarcalismo e no machismo, a partir da escravidão negra modela-se a masculinidade negra como uma masculinidade subalternizada em relação a do homem branco, e, com ela, dá-se a desumanização do negro pela construção social da imagem de um homem com atributos inferiores aos dos homens brancos mas igualmente associados a uma visão patriarcal, eivada de machismo. É assim que o homem escravizado negro é visto como, de um lado, pouco inteligente, mas, de outro, forte para aguentar o trabalho braçal ainda que se o considere indolente. Sua virilidade, representada como um atributo fálico, é o que poderá defini-lo como reprodutor perante seu proprietário, sua índole é distorcida e apresentada como essencialmente selvagem em oposição a racionalidade e civilidade do homem branco. Ao longo do tempo, esse estereótipo se converterá ainda no de uma figura hiperssexualizada, um outro modo de objetificar o corpo do homem negro, e permanecer desumanizando-o, para essa análise temos um referencial espetacular como ponto de partida, Frantz Fanon, em *Pele Negra, Máscaras Brancas*, quando ele afirma que se nega ao homem negro um papel que não seja aquele coberto por estereótipos que apresentam seu ser condicionado a uma corporeidade que se expressa de forma bruta e hiperssexualizada (FANON: 2003). A fim de discriminá-lo, seus traços fenotípicos são associados aos de animais, para desqualificá-lo como estando num estágio pré-humano de desenvolvimento. Assim, um conjunto de estereótipos convergem na produção da imagem de um ser animalesco e ameaçador da vida e dos valores morais da civilização cristã ocidental branca (MOURA: 1983).

Na esfera social, o conjunto de papéis e atributos que definem a masculinidade em geral são cobrados como comportamento e exercem uma pressão forte sobre a subjetividade do conjunto dos homens desde a sua infância e por isso, ainda que lhe confirmem “superioridade” de status social sexual e de gênero, não deixa de ser, também, uma forma de opressão. Se para os homens em geral, o sofrimento gerado pelas pressões da cobrança social no desempenho do papel masculino existe, para os homens negros elas se multiplicam, mais ainda se for um negro pobre e ainda mais se for um negro pobre e homossexual.

A negritude, é portanto, um aspecto visceral da condição do homem negro

no que respeita a sua masculinidade. Ela é mediadora, a todo o tempo, das suas possibilidades num mundo desigual, essa foi a condição que a difusão do preconceito racial engendrou.

É preciso aprofundar o debate sobre a relação interseccional entre masculinidade, violência e a questão racial. O homem negro avança, através do avanço das lutas do povo negro, para uma consciência cada vez mais crítica da internalização dos valores da sociedade racista e elitista, essa consciência está em harmonia com as práticas emancipatórias que o movimento negro constrói através da história. Um processo pedagógico que alcança cada vez mais audiência entre os que sofrem a opressão racial.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, P. A Dominação Masculina. 11 Ed. Rio de Janeiro/Bertrand Brasil, 2012.

CECCARELLI, P.R. A Masculinidade e seus Avatares. Revista Catharsis, São Paulo, ano IV, 19, maio/junho 1998.

DAVIS, Ângela. A Democracia da Abolição. RJ, Difel, 2009.

ENGELS, Friedrich. A origem da família, da propriedade privada e do Estado. 13 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

ESTERCI, Neide. Escravos da Desigualdade. Estudo sobre o uso repressivo da força de trabalho. RJ: CEDI/Koinonia, 1994.

FANON, Frantz. Pele Negra, Máscaras Brancas. BA: EdufBa, 2008.

FERNANDES (Florestan). A integração do Negro na sociedade de classes. Dominus Editora. São Paulo, 1978. 2 vols.

FERRUGEM, Daniele. Guerra às Drogas e a Manutenção da Hierarquia Racial. BH: Letramento Editorial, 2019.

FLAUZINA, Ana Luiza P. Corpo Negro Caído no Chão. O sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro. RJ: Contraponto, 2008.

MOURA, Clóvis. Brasil: As Raízes do Protesto Negro. SP: Global Editora, 1983.

ROSA, Pablo. O. Juventude Criminalizada. Florianópolis: Insular, 2ª. Edição revisada, 2013.

WACQUANT, Lóic. As Prisões da Miséria. SP: Zahar Editora, 1999.

----- . Punir os pobres - A nova gestão da miséria nos Estados Unidos. RJ. Editora Revan, 2009.

CRAMER, Christopher. Unemployment and Participation in Violence. Disponível em <http://web.worldbank.org/archive/website01306/web/pdf/wdr%20background%20paper%20-%20cramer.pdf>

“Crise econômica aumenta violência contra a mulher”. Disponível em <https://fentect.wordpress>.

ECCO, Clovis. A Função da Religião na Construção Social da Masculinidade. Revista da Abordagem Gestáltica: Phenomenological Studies, 2008, XIV. Disponível em <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=357735510013>. ISSN 1809.6867

"Negros são os mais condenados por tráfico e com menos drogas apreendidas". Disponível em <https://exame.abril.com.br/brasil/negros-sao-mais-condenados-por-trafico-e-com-menos-drogas-em-sao-paulo/>. Consultado em 26/05/2019.

Perspectivas Sociales y Del Empleo em El Mundo – Tendências 2018, OIT. Disponível em <https://www.ilo.org/global/research/global-reports/weso/2018/lang--es/index.htm>

RODRIGUEZ, Margarita. Por que os homens são responsáveis por 95% dos homicídios no mundo? Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-37730441>

“Sistema carcerário brasileiro: negros e pobres na prisão”. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/noticias/sistema-carcerario-brasileiro-negros-e-pobres-na-prisao>.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Abandono afetivo 160, 161, 162, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170

Administração 1, 2, 3, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 13, 15, 16, 17, 18, 20, 21, 23, 25, 27, 29, 37, 38, 41, 46, 47, 48, 49, 52, 56, 57, 113, 117, 122, 134, 143, 145, 154, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 204, 209, 210, 212, 227, 265, 307, 318, 322, 328, 329, 330, 331, 342, 363

Amizade íntima 294, 298, 299, 300

Áreas marinhas protegidas 346, 347, 350, 355

Argumentação 140, 194, 195, 208, 209, 308

Arranjos institucionais 26, 28, 29, 30, 37, 124, 133, 136, 344

Artesanato 322, 323, 324, 326, 327

Assentamento Osvaldo de Oliveira 302, 309

Austeridade fiscal 147, 148, 155

B

Bibliometria 48

Burocracia 1, 2, 3, 8, 10, 13, 14, 18, 21, 22, 24, 25, 70, 131, 265

Burocratas 1, 3, 9, 10, 11, 21, 22

C

Carga tributária 113, 239, 240, 242, 243, 244, 246, 249, 250, 257, 258, 259

Comunicação 28, 32, 33, 36, 39, 44, 59, 60, 62, 65, 108, 112, 123, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 152, 217, 241, 264, 295, 296, 314, 336, 337, 338, 343, 362, 363, 364

Conflitos socioambientais rurais 302, 303

Conservação ambiental 172

Constituição 1, 2, 4, 5, 6, 7, 8, 19, 23, 71, 77, 94, 114, 118, 121, 128, 142, 143, 144, 147, 148, 151, 165, 166, 170, 174, 180, 194, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 203, 204, 206, 207, 210, 211, 212, 213, 214, 232, 237, 241, 259, 274, 296, 297, 300, 303, 305, 310, 332, 334, 344

Contabilidade Pública 46, 47, 48, 49, 50, 57, 58

Contaminación del aire 181, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 191, 192

Contemporaneidade 97, 98, 359, 360, 367

Controle 10, 20, 23, 47, 49, 50, 51, 52, 53, 57, 65, 81, 100, 103, 105, 106, 107, 108, 110, 126, 127, 129, 130, 134, 140, 156, 194, 196, 197, 198, 199, 203, 204, 206, 207, 208, 209, 211, 213, 225, 264, 279, 280, 281, 282, 286, 291, 309, 327, 337, 345, 347, 363

Cooperativismo 122, 328, 329, 330, 331, 332, 333, 334, 335, 336, 337, 338, 339, 340, 341, 342, 343, 344, 345

Cultura Política 203, 260

Custo no setor público 46, 48, 52, 53, 54, 55, 56

D

Dano moral 160, 161, 165, 166, 167, 168, 169, 170

Degradação 11, 172, 179

Deliberação 124, 151

Derechos colectivos 181, 188

Desafios epistemológicos 346, 350

Desempenho eleitoral 271, 273, 275, 278, 279, 280, 282, 283, 284, 286, 287, 289, 290, 292

Desenvolvimento Humano 41, 44, 88, 93, 239, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 255, 256, 257, 258, 288, 328, 331, 340

Desenvolvimento Local 154, 322, 323, 326, 327, 335

Documentos 26, 27, 28, 29, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 105, 121, 122, 127, 131, 147, 158, 178, 225, 296, 303, 332, 353

E

Educação 41, 42, 54, 55, 70, 86, 87, 88, 91, 95, 97, 98, 99, 122, 136, 137, 146, 154, 155, 163, 164, 222, 239, 240, 244, 247, 257, 258, 283, 288, 322, 332, 333, 336, 337, 338, 341, 342, 343, 345, 349, 366

Envelhecimento 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 124, 136, 369

Estabilidade 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 24, 25, 28, 31, 115, 195

Estado 2, 3, 7, 9, 10, 14, 15, 16, 17, 18, 20, 22, 24, 25, 26, 27, 28, 31, 32, 33, 36, 37, 40, 41, 47, 49, 52, 61, 68, 73, 79, 81, 84, 88, 89, 101, 103, 107, 115, 116, 118, 121, 131, 132, 139, 140, 141, 142, 145, 151, 165, 166, 167, 172, 173, 175, 176, 177, 179, 183, 184, 192, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 203, 205, 206, 208, 209, 211, 213, 216, 219, 222, 224, 228, 229, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 239, 242, 246, 250, 252, 255, 256, 257, 258, 260, 261, 265, 266, 267, 268, 269, 270, 275, 276, 279, 282, 286, 287, 290, 292, 298, 301, 302, 303, 304, 305, 306, 307, 310, 311, 313, 315, 316, 318, 319, 320, 321, 324, 325, 327, 359, 363, 365

Estado-consumidor 172, 173, 175, 179

Estado de Cosas Inconstitucional 228, 229, 234, 235, 236

Estados Constitucionales 228, 229, 230, 231, 236

F

Feminicídio 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72

Financiamento de campanha 271, 273, 279, 280, 281, 282, 283, 284, 286, 287, 288, 289, 291, 292

Flexibilização 1, 3, 13, 15, 16, 18, 20, 21, 22, 24

G

Gênero 63, 64, 65, 68, 69, 70, 71, 72, 74, 75, 79, 80, 82, 83, 151, 265, 280, 282, 286, 287, 292, 335, 346, 347, 348, 349, 350, 352, 354, 355, 356, 357

Geração de renda 113, 114, 116, 117, 120, 222, 240, 257, 323, 330

Gestão de documentos 26, 28, 35
Gestão pesqueira 346, 349, 350, 358
Gestão Social 123, 124, 125, 127, 128, 133, 136, 137
Gobernanza 228, 229, 231, 232, 233, 234, 235, 236
Gobierno 228, 231, 233, 235, 236
Governo 1, 3, 5, 8, 9, 11, 12, 32, 33, 39, 40, 65, 115, 116, 117, 121, 133, 134, 139, 140, 147, 151, 156, 157, 173, 175, 179, 180, 198, 199, 225, 231, 242, 243, 244, 247, 248, 257, 258, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 270, 273, 275, 276, 287, 288, 290, 292, 306, 310, 317, 318, 319, 337, 357, 362, 363
Grupos vulneráveis 148, 149, 151
Guerra Fiscal 113, 114, 115, 117, 118, 121, 122

I

IDH 41, 239, 244, 245, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259
Imigração na União Europeia 100
impacto socioambiental 215, 225
Imparcialidade 210, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 299, 300
Incentivos fiscais 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 278
Indenização 15, 160, 161, 165, 166, 167, 168, 169
Iniquidade étnico-racial 63, 64, 70
Interseccionalidade 72, 79, 82

J

Jurisdição 194, 208, 211, 298

L

Legislación 181, 183
Legitimidade 29, 75, 198, 201, 215, 218, 219, 314
Licença Social para Operar 215, 216, 217, 218, 219, 220, 223, 224, 226, 227
Licitações públicas sustentáveis 172, 176
Limites 7, 15, 43, 98, 108, 194, 196, 211, 217, 225, 231, 274, 361, 362, 366

M

Magaldi 260, 265, 267, 268, 269, 270
Masculinidade 72, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85
Medio ambiente 181, 182, 183, 184, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 233
Minas Gerais 1, 26, 27, 30, 32, 33, 37, 38, 167, 170, 219, 220, 251, 256, 322, 323, 324, 325, 327
Mobilidade transnacional 100, 101, 102, 103, 107, 108, 110
Moçambique 359, 360, 361, 362, 363, 368

N

Nutrição 147, 148, 347

P

Políticas Públicas 10, 11, 21, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 60, 62, 63, 65, 68, 70, 80, 86, 98, 99, 121, 122, 123, 124, 126, 136, 137, 139, 140, 145, 147, 148, 149, 152, 155, 156, 159, 175, 191, 235, 236, 241, 246, 247, 248, 249, 251, 256, 257, 258, 259, 277, 303, 304, 317, 318, 320, 323, 330, 334, 337, 338, 341, 348, 355, 369

Políticas Sociais Efetivas 239

Princípio de prevenção 181, 182, 183, 188, 189

Processos de Participação 124

Projeto de Desenvolvimento Sustentável 302, 303, 304, 305, 306, 307, 308, 312

R

Racismo 68, 72, 73, 77, 79, 80, 81, 82, 83

Rede de atendimento 39, 40, 41, 42, 44

Redes Sociais 129, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 300

Reforma agrária 150, 153, 302, 305, 306, 307, 309, 310, 311, 313, 314, 315, 317

Representação 74, 75, 76, 77, 82, 198, 260, 261, 262, 267, 269, 292, 313, 328, 331, 333, 334, 335, 337, 340, 341, 349, 362, 363

Resíduos sólidos 138, 139, 142, 143, 144, 145, 146, 178

Risco 26, 28, 39, 44, 78, 82, 116, 210, 215, 219, 223, 224, 226, 298

S

Securitização da imigração 100, 111

SEI-MG 26, 27

Sistemas de Gestão Eletrônica 26

Software 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 34, 35, 36, 37, 38

Suspeição do Juiz 294, 298

Sustentabilidade 138, 146, 148, 175, 176, 178, 179, 191, 193, 215, 216, 217, 220, 223, 224, 225, 226, 231, 237, 305, 306, 320, 328, 329, 330, 331, 335, 337, 338, 340, 341, 342, 343, 347

T

Teatro africano 359, 368

Teatro moçambicano 359, 361, 364, 365, 366

Teoria da Escolha Pública 271, 273, 275, 282, 289, 290, 291, 292

Tradição 195, 202, 210, 269, 326, 327, 359, 360, 361, 366, 367

Tribunal Constitucional 228, 229, 230, 232, 233, 234, 237

V

Velhice 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99

Violência 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 106, 109, 224, 256, 257, 265, 312, 369

Violência contra a mulher 63, 64, 65, 68, 70, 80, 84

Vulnerabilidade 68, 78, 81, 131, 147, 148, 149, 151, 153, 155, 157, 215, 219, 225, 353

 **Atena**
Editora

2 0 2 0